

A Psicologia tradicionalmente se pautou em modelos de atendimento centrados em perspectivas e enfoques cujas bases estavam em interpretar o fenômeno humano somente sob a dimensão intrapsíquica, desconsiderando ou pouco considerando as relações sociais e culturais que constituem o psiquismo humano. Nesse sentido, a prática profissional centrava-se, basicamente, em formas de atendimento nas quais a relação terapêutica passava a ser concebida somente em um determinado *setting*, não raro restrito ao psicólogo e a sua relação exclusiva com o cliente.

As discussões que passaram a fazer parte do ideário psicológico, na sua interlocução com as ciências sociais, com destaque para a Sociologia e a Antropologia, os questionamentos do caráter ideológico presentes no pensar e no fazer psicológicos, em uma sociedade de classes, possibilitaram constituir novas possibilidades de compreensão do homem na sociedade, de seu processo de humanização, de sua história e da história de muitos dos fenômenos até então considerados como naturais, como o sofrimento psíquico.

E são os novos rumos da Psicologia como ciência que foram se fazendo expressão no campo da profissão e as práticas de atuação que foram trazendo novos questionamentos ao plano da ciência. No interior do campo democrático da sociedade brasileira, a Psicologia como ciência e profissão vai, então, reconstruindo suas ações e propondo alternativas para políticas sociais e políticas públicas.

As conquistas no plano democrático da sociedade brasileira permitiram a criação do Sistema Único de Saúde, o Movimento da Luta Anti-Manicomial, a participação de psicólogos no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a constituição do Sistema Único de Assistência Social, dentre outras. E essa expressão é visível quando analisamos os artigos que se fazem presentes nos números da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, principalmente nos últimos 20 anos.

E no número 31.4, o mesmo se passa. Neste número, por exemplo, três artigos discutem a relação da Psicologia e atendimento de famílias no âmbito da política de Atenção Básica em Saúde. Que estratégias precisamos desenvolver para um atendimento familiar em Psicologia? Como essa tarefa vem sendo desempenhada nos Estados? Que instrumentos e que saber nós, psicólogos, precisamos construir para atuar no campo da ação fora dos consultórios, nos espaços sociais e públicos? Como tem que ser dada a formação para compreender as novas políticas sociais?

Esperamos que esse caminho possa cada vez mais se consolidar e que estudos e pesquisas, bem como práticas inovadoras, possam se fazer presentes inspirando e materializando políticas sociais e de direitos humanos.